



5º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP

3ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO 9

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

- 1. Data:** 26.09.2022
- 2. Local:** Reunião virtual –Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES:

1. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

- a. Eduardo Bucci
- b. Antônio Leonardo Silva Lindoso

2. Controladoria-Geral da União (CGU)

- a. Bruno Barbosa

3. Ministério da Economia

- a. Flávio Horácio Souza Vieira

4. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

- a. Livi Gerbase

5. Equipe de Monitoramento

- a. Paula Pires Pena e Naves (CGU)
- b. Priscilla Ruas (CGU)
- c. Wevanys Fernandes Araujo (CGU)
- d. Marina Atoji (Transparência Brasil)

TÓPICOS ABORDADOS

- Informações gerais sobre o monitoramento.
- Revisitar os marcos e seus respectivos prazos de execução.

DESENVOLVIMENTO

A reunião iniciou-se com a equipe de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU) dando boas-vindas e agradecendo o apoio e empenho de todos os atores envolvidos na execução do Compromisso.

Em seguida, foram apresentados os últimos eventos relacionados à temática de governo aberto no Brasil. Ressaltou-se que houve, em 28 de junho de 2022, o lançamento da Avaliação de Governo Aberto do Brasil. O documento foi elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como fruto do acordo de cooperação firmado, em 2020, entre esta organização e a CGU. Esta parceria tornou-se prioritária para o governo brasileiro, pois possibilitará que o Brasil trilhe os caminhos necessários para seu ingresso na OCDE como membro pleno, já que auxilia a aprimorar políticas de acordo com os padrões esperados pela organização.

O documento traz recomendações para o país, que foram elaboradas com base em dados e evidências coletados em 42 entrevistas e 74 questionários realizados com diversos representantes da sociedade e de órgãos governamentais de todos os Poderes. Estes especialistas forneceram informações sobre a estrutura jurídica, institucional e política, assim como sobre as práticas de governo aberto no Brasil. A compilação e análise da OCDE resultaram em recomendações divididas em capítulos sobre transparência, participação cívica, governança em governo aberto, participação social e accountability. Destacou-se, ainda, que as recomendações da avaliação são essenciais para o Brasil realizar transformações estruturais e estratégicas necessárias para avançar em direção a uma agenda de governo aberto integrada e impactante. Nesse sentido, explicou-se que a previsão é que, nos próximos anos, o governo brasileiro implemente as recomendações, com a expectativa de que algumas dessas componham o 6º Plano de Ação Nacional. Foi pontuado que a participação e o envolvimento de diferentes pastas governamentais e das entidades da sociedade civil serão fundamentais para que tais mudanças estruturais sejam possíveis e para que o Brasil avança ainda mais nas políticas de governo aberto.

Terminadas as explicações iniciais, o coordenador do Compromisso 9, Eduardo Bucci, fez um relato do andamento das ações. Cada marco foi revisitado e os presentes tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e de se inteirarem sobre avanços e desafios do processo de execução. As informações estão consolidadas no quadro abaixo.

O coordenador do compromisso, ao final da reunião, sugeriu a utilização de programas de gerenciamento de projetos, para serem usados nos próximos Planos de Ação. Ele comentou que a comunicação e a divisão de tarefas e responsabilidades, assim como os prazos, podem ser otimizados com o uso de ferramentas adequadas.

A próxima reunião de monitoramento ficou agendada para o dia 01 de dezembro, às 10h.

ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTOS:

MARCOS	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS
Marco 1 - Realização de articulação com estados e municípios visando ampliar dados sobre a dívida ativa e ampliação da comunicação sobre a temática	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada	Prevista: Dezembro de 2022	PGFN*	<p>Observações sobre o marco: Marco com 40% de execução.</p> <p>O coordenador afirmou que está em homologação a melhoria do sistema Lista de Devedores e do APP DIVIDA ABERTA, para permitir a disponibilização da dívida dos demais entes federativos, bem como está em negociação com alguns entes a publicidade destas inscrições.</p> <p>Para a implementação completa dessas iniciativas e devido à complexidade e necessidade de realização de convênio com os entes, a previsão é que o marco seja executado no prazo estipulado. Ressaltou ainda que um piloto já está em andamento com o Rio Grande do Sul e que o aprimoramento e a homologação das informações também estão em andamento.</p> <p>Encaminhamentos: A equipe envolvida continuará trabalhando para a realização do piloto e das atualizações e refinamentos do sistema para que ele seja concluído no prazo acordado.</p>
Marco 2 - Elaboração de material institucional com linguagem simples sobre a dívida ativa e as ferramentas disponíveis para consultá-las	Prevista: Dezembro de 2021 Realizada	Prevista: Setembro de 2022 Realizada	PGFN* / CARF / Receita Federal / Abraji / Politize / Inesc	<p>Observações sobre o marco: Marco com 99% de execução.</p> <p>O coordenador afirmou que o site da PGFN está em reelaboração e layout deve ser aprovado pelas instâncias superiores. A publicação deve ocorrer até a última semana de setembro. A divulgação, no entanto, apenas será possível após o período de defeso eleitoral.</p> <p>Encaminhamentos: Marco 99% concluído, aguardando a publicação após o período do defeso eleitoral.</p>
Marco 3 - Criação de curso sobre investigações jornalísticas e controle social utilizando as informações/ferramentas da dívida ativa e bases de interesse público e o contexto fiscal do Brasil	Prevista: Maio de 2022 Realizada Maio de 2022	Prevista: Julho de 2022 Realizada 10/06/2022	Abraji* / PGFN	Observações sobre o marco: Marco com 100% de execução.
Marco 4 - Criação de mecanismos para incentivar os	Prevista: Abril de 2022	Prevista: Agosto de 2022	Abraji* / PGFN	Observações sobre o marco: Marco com 10% de execução.

profissionais da imprensa e atores do controle social para o uso das informações da dívida ativa	Realizada	Realizada		A Abraji, responsável pelo marco, se retirou do compromisso. O coordenador do compromisso afirmou que o marco teria que ser cancelado. Encaminhamentos: Por sugestão da equipe de monitoramento, a PGFN fará interlocução com a Abraji para avaliar as possibilidades de execução do marco com prazo mais extenso.
--	------------------	------------------	--	---